

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

Aconteceu Nº 408 - Maio/1987

Aconteceu

1º de Maio: CEM ANOS DE LUTA



CLAUDIO VERSIANI/FZ

DIRETAS PARA PRESIDENTE

MOVIMENTO POPULAR: CUT E PARTIDOS INICIAM CAMPANHA

ULYSSES GUIMARÃES É CONTRA ELEIÇÃO DIRETA EM 1988

GENERAL EMPOSSADO AFIRMA QUE MILITARES ACEITAM DIRETAS

Aconteceu

Nº 408 - Maio/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Arnaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos 4 adereços do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Cidade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 6,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Cidade: _____
Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

INFORMATIVO INESC

Sub-Comissão de Direitos e Garantias Individuais

A subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais é responsável pelas questões relacionadas com os direitos humanos, tais como a pena de morte, direitos individuais e tortura. Esta subcomissão faz parte da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. O perfil ideológico desta subcomissão tende para o lado conservador, embora com relação aos direitos humanos seja possível reverter essa tendência. Seu relator é o Dep. do PDS Darcy Pozza. Por ser o PDS um partido pequeno e ter conseguido apenas duas relatorias, constata-se o desinteresse que o assunto desta subcomissão desperta no PMDB. Apesar do descaso, esta subcomissão vem seguindo um ritmo acelerado de atividades e começa a despertar a atenção dos constituintes, lobbies e imprensa. Até agora doze entidades já estão confirmadas para o debate junto aos constituintes. Ontem, primeiro dia de audiência, esteve presente a Dra. Jacqueline Pitanguy - presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - que falou sobre a necessidade de incluir na nova Constituição, mecanismos que garantam à mulher o pleno gozo da sua cidadania. Para debater os direitos humanos e garantias individuais estarão presentes à subcomissão o Dr. José Antonio Dias, presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Viçosa - MG, no dia 27/4 às 17:00 horas, e o Dr. José Geraldo de Souza, professor da UNB e vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz do DF, no dia 30/4, às 11:00 horas. O INESC está tentando conseguir a inclusão de um membro da comissão nacional do Movimento Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos para início de maio. Nos próximos dias 27 e 28 estará em Brasília, uma comissão do MNDDH que, através do INESC, manterá contato com esta subcomissão e lideranças políticas no Congresso Nacional.

Sub-Comissão da Reforma Agrária

A Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), igualmente aos constituintes conservadores contrários à reforma agrária, entende que o processo deve ir a reboque de uma política agrícola, mas não tem nenhuma proposta de reforma agrária ou de política agrícola. O presidente da EMBRATER, Romeu Padilha, defendeu a execução da reforma agrária dentro da lei, para cobrir a violência que atualmente domina o meio rural. Ele defendeu ainda uma política agrícola que assegure tratamento diferenciado às unidades familiares de produção consolidadas ao setor reformado. O presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz reafirmou o documento conjunto com o Ministério da Reforma Agrária em favor da execução do processo. afirmou que a subcomissão tem responsabilidade pela democratização dos meios de produção assegurando que a futura Constituição contenha dispositivos que garantam a execução da reforma agrária. Segundo ele, democracia não se faz sem que seja alterada a estrutura fundiária. O documento do Mirad/Incra é semelhante ao defendido pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária. A subcomissão de reforma agrária reuniu-se dia 25 na fazenda Annoni (RS), e domingo dia 26 no projeto de assentamento Novo Horizonte. Com brasiguaios, em Mato Grosso do Sul. Hoje, dia 28, a subcomissão está em Recife para visitar o assentamento de Ipitinga e conceder audiência às Federações de Trabalhadores Rurais de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Foi realizada dia 23/4, a segunda reunião com parlamentares e entidades ligadas à reforma agrária para discussão do documento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Cedi

constituintes presentes reafirmaram sua disposição em continuar defendendo, junto à constituinte, o documento-proposta da CNRA. É quase certa, dia 30/4, em audiência pública na subcomissão da reforma agrária, a presença da CPT e Movimento Nacional dos Trabalhadores.

Sub-Comissão das Minorias

Na última quarta-feira, dia 22, foi marcada pela presença de líderes de diversas nações indígenas e representantes do Conselho Nacional Povos Indígenas na Constituinte - CNPIC. Foi entregue o documento-proposta para o Senador Mario Covas (líder do PMDB na ANC), o Deputado Ulysses Guimarães (presidente da ANC) e outros líderes partidários. Realizou-se também, um debate sobre o referido documento, com a presença de diversos constituintes, entre eles: Ivo Lech (presidente da subcomissão), Alcenyr Guerra (relator da subcomissão), Olivio Dutra, Ana Maria Rattes, Victor Buaiz e senador Nelson Carneiro. Foi unânime o compromisso em defesa da causa indígena. No dia 23/4, fizeram depoimentos da subcomissão a professora Manuela Carneiro (presidente da ABA) e o professor e constituinte Florestan Fernandes, relativo à questão das minorias indígenas e negras. O cronograma de audiências públicas da subcomissão reservado aos índios será nos dias 29/4 e 2/5.

INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos

SQS - Supercenter Venâncio 2.000 Bloco B N5 50 - Salas 435/9

70333 - Brasília - DF

Telefone: (061) 226.8093

CNBB APROVA PROPOSTAS PARA NOVA CONSTITUIÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou ontem de manhã, em Itaiaci - São Paulo, no encerramento da sua 25ª Assembleia Geral, propostas sobre os direitos e garantias do homem e da mulher, família, educação, assistência religiosa às Forças Armadas, ordem econômica, reforma agrária, direitos das populações indígenas, livre opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas, a serem transformadas em iniciativas populares, com trinta mil assinaturas e o patrocínio de mais duas outras entidades da sociedade civil, sendo, depois, encaminhadas ao Congresso constituinte, com base no artigo 23 do regimento congressional.

Sociedade civil

A Igreja irá, também, apoiar as propostas em favor da reforma agrária (definidas pelas Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, entre outras entidades) e do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte (criado no início de 1985 e integrado por cerca de cinquenta entidades e movimentos da sociedade civil de São Paulo com o objetivo de promover

reuniões para debater propostas e mobilizar a sociedade em torno dos trabalhos do Congresso constituinte).

Nome de Deus

A CNBB decidiu, também, apoiar a proposta sobre os direitos das populações indígenas, formulada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A primeira proposta específica da CNBB é a de que seja mantido, no preâmbulo da nova Constituição, a invocação ao nome de Deus.

Quanto aos direitos e garantias do homem e da mulher, a Igreja proporá que a lei garanta a "preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da entanásia e da tortura".

Defende, depois, a garantia "ao direito à livre opção de concepções religiosas, filosóficas ou políticas, a serem divulgadas livremente desde que respeitem os direitos e as liberdades dos demais".

Família

Sobre a família - "constituída pelo matrimônio indissolúvel" - terá o direito, segundo a CNBB, de reivindicar do Estado "garantias para sua estabilidade e condições para o desempenho de suas funções", devendo o Estado dar amparo social e previdenciário aos casais que vivem em união estável ilegal e aos seus filhos.

É, também, defendida, a proteção especial à criança. Na área da educação, a Igreja defende a criação livre de escolas, apoio técnico e financeiro governamental às escolas sem fins lucrativos "desde que comprovem a reaplicação dos excedentes do rendimento na melhoria da qualidade do ensino e mantenha contabilidade aberta e verificável pela comunidade e pelos órgãos "públicos competentes", além de reivindicar mais recursos para o setor.

Defendendo uma "educação democrática", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil proporá, também, que o ensino religioso possa fazer parte do primeiro e segundo graus, nas escolas estatais.

Reforma Agrária

Na ordem econômica, a proposta é a de que seja reconhecida "a primazia do trabalho sobre o capital" e que a Lei assegure "a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital".

Quanto à reforma agrária, a proposta da Igreja é a de que "ao direito de propriedade do imóvel rural" corresponda "uma obrigação social" e que o "imóvel rural que não corresponder a essa obrigação social" seja "arrecadado, mediante a aplicação dos institutos da perda suamária e da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária".

(FSP - 2/5/87)

CUT E SINDICATOS PEDEM ESTATIZAÇÃO DO SETOR SAÚDE

Um ministério único para dirigir o setor Saúde, um sistema totalmente estatal de atendimento e isonomia salarial a profissionais de mesma formação em qualquer parte do país. Estas foram as principais propostas apresentadas por representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sindicatos de trabalhadores ligados à área de Saúde à Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente do Congresso constituinte. A 2ª vice-presidente em exercício na Subcomissão, Maria Abadia (PMDB-DF), afirmou que não deve haver muitos passes para a proposta final, "pois todos querem um sistema único e estatal, com exceção das entidades representativas dos hospitais privados". A representante da CUT, Maria Luiza Padger, defendeu a estatização argumentando que é dever do Estado assegurar a saúde à população. (FSP - 29/4/87)

MOVIMENTO COLHE 30.000 ASSINATURAS

Garantir formas e instrumentos de participação popular na Constituinte é o objetivo da campanha de coleta de assinaturas que estará sendo lançada hoje durante a festa do trabalhador da Quinta da Boa Vista, pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, sob o slogan "Cidadão 30.000, porte seu título de eleitor" - uma referência à exigência de 30 mil assinaturas (1% do eleitorado nacional) para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição. O pré-lançamento da campanha ocorreu ontem à tarde, no auditório da Famerj (RJ), uma das entidades incorporadas ao movimento, que é suprapartidário, e inclui ainda sindicatos, grupos ligados a partidos políticos, e associações, em especial de engenheiros, arquitetos e urbanistas. A coordenadora do Plenário, Regina Prado, explicou em entrevista que somente no Rio há 160 entidades engajadas na campanha, responsáveis pelas pro-

postas que garantirão maior participação do povo através do texto da nova Constituição. Assegurar as 30 mil assinaturas - para o que basta apresentar o título de eleitor - mobilizará durante dois meses inclusive uma rede nacional de telex com base no Rio de Janeiro. Dos mais diferentes pontos do país chegarão informações sobre o total de assinaturas já obtidas, até a culminância da campanha, com a obtenção do número de assinaturas que a própria Constituinte exige para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição, conforme proposta de iniciativa popular já incluída no seu regimento interno. (JB - 1/5/87)

CIENTISTAS PEDEM QUE CARTA PROÍBA AS ARMAS NUCLEARES

O presidente da Sociedade Brasileira de Física (SBF) Romayana Gazzinelle, e o vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Enio Candotti, propuseram ontem na Subcomissão dos Direitos Coletivos, dos Direitos Individuais e Garantias, do Congresso constituinte, que a nova Constituição proíba a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no país. Candotti propôs também que, entre os direitos do cidadão, seja garantido ao cientista não colaborar em pesquisas com objetivos militares. O presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Rex Nazareth, foi convidado ontem, por proposta do deputado João Agripino (PFL-PB), para prestar depoimento à subcomissão sobre as contas secretas que financiam o programa nuclear paralelo no Brasil. O depoimento de Rez Nazareth está previsto para o próximo dia 6, às 17h. O presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), disse que as reportagens publicadas pela Folha sobre as contas secretas da CNEN (Delta 1, 2 e 3, abertas em agências do Banco do Brasil e controladas pelo presidente do CNEN), suscitaram a questão do direito do cidadão às informações sobre a

pesquisa científica realizada com recursos públicos. (FSP - 30/4/87)

COM PLEBISCITO, CARTA SÓ SAI NO ANO QUE VEM

Se os parlamentares mantiverem o ritmo dos trabalhos das subcomissões e comissões temáticas e acelerarem as votações em plenário do texto elaborado pela Comissão de Sistematização e das emendas propostas, a Constituição poderá ser promulgada no dia 15 de novembro. Mas se decidirem submeter a nova Carta a um plebiscito nacional para ratificação, o prazo se estenderá até fevereiro. Prazo fixo na Constituinte só existe o de entrega do relatório final da Comissão de Sistematização, que ao longo de 30 dias definirá seu trabalho. A data é 15 de julho. A partir daí, são prazos estimados, sujeitos a modificações se houver atraso na votação em plenário. Do início dos trabalhos das subcomissões até a chegada dos relatórios às comissões temáticas estão previstos 60 dias, a partir de 7 de abril. Mas esse prazo não leva em consideração os domingos. A esses 60 dias úteis somam-se os 30 da Sistematização, até chegar 15 de julho. O passo seguinte é a discussão em plenário, durante 30 dias, das emendas apresentadas. O ritmo do trabalho depende de como se desenvolverão as discussões em plenário e do número de emendas propostas por parlamentares ou grupos de 30 mil eleitores. Terminada essa fase, a Comissão de Sistematização volta a discutir e votar as sugestões que serão devolvidas ao plenário para um segundo turno de discussões. Aí se define o que fica e o que sai da Constituição, com a apresentação de emendas supressivas ou de redação. Terminado esse estágio, a sistematização volta a atuar para elaborar parecer sobre novas emendas. Há então uma segunda votação no plenário. O texto volta para a Comissão de Sistematização para a elaboração final da Constituição que será votada pela Assembléia Nacional Constituinte. No final de outubro, o plenário deverá come-

çar a apreciação definitiva. Mas algumas dificuldades poderão alterar o calendário previsto. O primeiro percalço, sem dúvida, serão os dias gastos nas votações em plenário, quando serão discutidos (na primeira votação) os capítulos, os títulos, destaques e emendas. O prazo inicial de 15 de novembro para a conclusão dos trabalhos está condicionado à aprovação ou não da opção de plebiscito. Se aprovada, consumirá mais 60 dias em sua convocação, preparação e realização. (JB - 3/5/87)

Política Nacional

GENERAL TOMA POSSE E DIZ QUE MILITAR ACEITA DIRETA

O general Valtencir dos Santos Costa, que assumiu ontem o comando da 4ª Divisão de Exército, vindo da subchefia do Estado-Maior do Exército, afirmou que as Forças Armadas não se posicionarão contra a campanha pelas diretas-já, argumentando que os militares são povo. "Se o povo quiser, as Forças Armadas querem", disse, acrescentando que o presidente José Sarney conta com "total apoio" dos militares. Da solenidade de posse participou o governador Newton Cardoso, que se manifestou contra as diretas-já. Segundo o general Valtencir Costa, não existe possibilidade de um golpe militar para derrubar o presidente José Sarney. "Estamos no caminho certo e vamos até o final, dentro da normalidade democrática", afirmou. Disse que as Forças Armadas estão unidas e que não existem setores que discordem deste raciocínio. O general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, que deixou o comando da 4ª Divisão para assumir a vice-chefia do Estado-Maior do Exército, em Brasília, disse que as eleições diretas são bem aceitas pelas Forças Armadas. Evitou, porém, entrar no mérito da realização imediata das eleições diretas para a Presidência da República. (JB - 5/5/87)

ULYSSES QUER 5 ANOS DE MANDATO PARA SARNEY

Depois de conversarem durante uma hora e dez minutos, pela manhã, no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana), o governador de São Paulo, Orestes Quércia, e o presidente do Congresso Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, uniram-se ontem contra a campanha pela realização de eleições presidenciais em 1988, que vem sendo articulada pela oposição e alguns setores peemedebistas. "A duração do mandato do presidente da República deve ser de cinco anos". Para ambos, os trabalhos do Congresso constituinte seriam "atropelados" por uma campanha eleitoral. Embora Ulysses seja favorável a eleições em 1989 e Quércia apenas em 1990, os dois afirmaram que o importante, neste momento, é dar apoio ao presidente José Sarney e ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "Governar é hierarquizar os problemas. O problema da sucessão presidencial não seria aconselhável agora", disse Ulysses. Mesmo sendo contra a eleição presidencial em 1988, o presidente nacional do PMDB admitiu que seu partido pode se desgastar, junto à opinião pública, por não engrassar uma campanha pelas diretas-já. (FSP - 5/5/87)

CUT LEVA CAMPANHA DE VOLTA ÀS RUAS,

A campanha das diretas voltou às ruas. Não com as multidões da campanha de 84, que em sua primeira passeata no Rio reuniu 120 mil pessoas. Esta primeira passeata, organizada pela CUT a pretexto de convocar os trabalhadores para a concentração de hoje no Campo de São Cristóvão, não chegou a reunir milhares de pessoas. Marcada para as 17 horas, só saiu às 18h30min, para esperar a adesão de quem saía-do trabalho. Danilo Groff, do Comitê Pró-Diretas (que além da CUT, reúne o PDT, o PT, o PV, a Famerj, a Faferj, a OAB, a ABI, entidades estudantis, a CGT

e outras organizações), anunciou um grande comício para depois de 20 de maio, o que vai ser discutido na segunda-feira. Espera atrair as pessoas com a presença de lideranças partidárias, que não compareceram a essa manifestação. Mas as lideranças da CUT, como os dirigentes do Sindicato dos Bancários, Ronald Barata e Ciro Garcia, se revezaram no carro de som pedindo justamente "Fora, Sarney". Barata classificou o Plano Cruzado como "estelionato político" e outro diretor do sindicato, Guilherme Herz, explicou a separação da festa do 1º de Maio - a CGT faz concentração na Quinta da Boa Vista - justamente pelo slogan "Fora Sarney", que a central não aceita. (JB - 1/5/87)

COVAS TEME CRISE PIOR SEM DEFINIÇÃO SOBRE DIRETAS

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, acha que a crise política se agravará ainda mais se nos próximos dias não houver uma resolução quanto à convocação ou não de eleições diretas para a Presidência da República em 1988. "Juridicamente, a data em que a eleição ocorrerá de fato só a Constituinte poderá definir, mas politicamente nada impede que os partidos se posicionem desde logo", afirmou Mário Covas. Pelo seu modo de analisar o quadro político, Covas já fez sua opção sobre a data das diretas: 15 de novembro de 1988. Explica: "Se as diretas ficarem para mais cedo corre-se o risco de termos os trabalhos da Constituinte atropelados pelas candidaturas presidenciais, o que nos remete então a 15 de novembro de 1988, um dia já tradicional para se realizar eleições". Para o líder do PMDB, deixar que a incógnita sobre a data das eleições permaneça no ar é "jogar lenha na fogueira da crise política brasileira". Se, na sua opinião, o assunto for abordado e discutido agora pelos partidos, a sociedade ficará mais tranqüila, a Constituinte desenvolverá seus trabalhos normalmente e até o atual governo poderá governar com maior tranqüilidade. (JB - 4/5/87)

JOSÉ CALIXTO É NOMEADO PARA O CMN

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que reúne cerca de 6 milhões de industriários, José Calixto Ramos, recém-nomeado representante dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, costuma despertar sempre o mesmo comentário do presidente da CUT, Jair Meneguelli: "Perguntem a qualquer metalúrgico se conhece o Calixto. Duvido", diz Meneguelli, irritado. Vice-presidente da CGT, que disputa com a CUT a hegemonia no meio sindical, Calixto reconhece que tem pouco contato com os trabalhadores nas bases dos sindicatos. Isso não o impede, porém, de promover, constantemente, eventos e encontros sindicais na luxuosa sede da CNTI, na avenida W-3 Norte, em Brasília, onde, no início do ano, abrigou a convenção da CGT e as plenárias sindicais que reuniram as lideranças de trabalhadores - inclusive da CUT - chamadas pelo governo para o mal sucedido pacto social. Pernambucano, metalúrgico, 58 anos, Calixto participou da diretoria da CNTI, presidida por Ari Campista, interventor nomeado pelo governo militar e deposto em 1983 por corrupção. De seus adversários da CUT e sindicalista de linhas mais à esquerda, seus esforços para fazer a CNTI participar mais ativamente da vida sindical não deram muito resultado. Nesses círculos, Calixto recebe um só qualificativo: "pelego", termo que caracteriza os dirigentes sindicais descomprometidos com os interesses dos trabalhadores. (JB - 2/5/87)

PAZZIANOTTO DEFENDE A RESTRIÇÃO ÀS GREVES

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e os membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Congresso constituinte não chega-

ram ontem a um consenso em torno do direito de greve na nova constituição. Enquanto o ministro defendeu a limitação ao exercício da greve em atividades consideradas "verdadeiramente essenciais", a maioria dos constituintes da subcomissão advogou o amplo e irrestrito direito à greve. Pelo menos quatro deles chegaram a pedir ao ministro que o governo retire do Congresso o projeto de Negociações Coletiva e Direito de Greve enviado no ano passado, por considerá-lo muito restrito a quem consideram um direito dos trabalhadores. "O projeto do governo configura uma lei anti-greve", afirma o deputado Paulo Paim (PT/RS). E citou uma série de artigos, como a prerrogativa das direções sindicais determinarem o fim de uma greve ou a manutenção de atividades essenciais nas quais as paralisações são proibidas, como nociva aos interesses dos trabalhadores. "Não quero discutir o projeto como os senhores não querem discutir a legislação atual", afirmou o ministro, que, entretanto, considerou a proposta do governo "democrática e extremamente liberalizante". (FSP - 1/5/87)

1º de Maio

ATOS DE 1º DE MAIO REÚNEM POUCA GENTE EM SÃO PAULO

As manifestações convocadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) para comemorar o 1º de Maio em São Paulo, apesar de feitas em separado, tiveram um ponto em comum, a pequena participação dos trabalhadores paulistanos. O ato da CUT teve início às 10h na Praça da Sí (zona central de São Paulo), com um show de música popular brasileira, seguido de discursos de representantes de organizações comunitárias, de dirigentes do movimento sindical e do presidente nacional da entidade, Jair Meneguelli. Os aplausos mais vigorosos foram para Luís Carlos Prestes, ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro,



CYNTHIA BRITO/FE

quando classificou a política econômica do governo do presidente José Sarney como "reacionária, antipopular e antinacional", exortando a classe operária à união e organização. Falaram, também, do palanque armado na Sé, Dênis Echevarria, diretor da Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC) da Nicarágua, e Omar Bermudes, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Chile. A comemoração da CUT terminou às 13h20, chegando a reunir, segundo cálculo do capitão Djalma Lustri, responsável pelo policiamento na Praça da Sé, cerca de quatro mil pessoas, número aquém das expectativas da Polícia Militar, que destacara 350 homens para o policiamento da praça. Iniciando também às 10h, a CGT preferiu promover um encontro com sindicalistas e representantes de movimentos populares na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no bairro da Liberdade (zona central de São Paulo). Nesta reunião, estiveram presentes cerca de quinhentas pessoas, que se concentraram em avaliar as conquistas dos trabalha-

dores neste ano passado e discutir futuras estratégias de ação, pois, de acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, as medidas a serem tomadas pelo novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, "conduzirão a economia à recessão e é preciso contestar isto de forma organizada". (FSP - 2/5/87)

1º DE MAIO NO RIO REÚNE POUCOS TRABALHADORES

O movimento sindical comemorou, dividido, o 1º de Maio no Rio de Janeiro. Os sindicatos filiados à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se concentraram na Quinta da Boa Vista e os vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) se dirigiram ao Campo de São Cristóvão. Nenhuma das duas manifestações reuniu um número expressivo de participantes. Junto ao Pavilhão de São Cristóvão contava-se cerca de mil manifestantes, enquanto ao gra-

mado próximo ao lago da Quinta compareceram alguns milhares de pessoas a mais, incluindo os frequentadores habituais. A exigência de eleições diretas já, para a Presidência da República foi o centro do comício-show promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), à tarde, no Campo de São Cristóvão. O programa incluiu as apresentações de um conjunto de heavy metal, um de forró, um grupo de teatro e, por fim, os discursos de representantes da CUT, Famerj, Faferj, PT, PDT e PV. (O GLOBO - 2/5/87)

DIA DO TRABALHO EM MINAS FOI DE CRÍTICAS A SARNEY

O governador Newton Cardoso e o presidente José Sarney superaram ontem, em críticas recebidas, o FMI, as multinacionais e até mesmo as reclamações contra os baixos salários, nos discursos das lideranças sindicais mineiras durante a principal concentração realizada nesta capital para comemorar o Dia do Trabalho, que, pela primeira vez, foi feita conjuntamente pela CUT e CGT. Esse governador é um cícnico, corrupto e terrorista. Enquanto oferece apenas um abono de 20% para o funcionalismo, emprega um irmão como secretário particular (Iran Cardoso), ganhando Cz\$ 70 mil por mês, e o outro (Perouse da Silva Cardoso), diretor da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), ganhando Cz\$ 90 mil - disse em entrevista o vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Marílio Malacuth Mendonça, da CGT. O presidente do Sindicato dos Grafcos, Robério Paulino, da CUT, entidade liderada pelo PT, preferiu atacar o presidente da República. "Abaixo José Sarney, principal responsável pela miséria dos trabalhadores", proclamou o dirigente, propondo, ainda, que todos os sindicatos de trabalhadores do país elaborassem um "plano de emergência", que seria colocado

em prática se dentro de um determinado prazo Sarney não resolver o problemas econômicos do país. Os partidos presentes eram os chamados da esquerda - PCB, PC do B, PSB, PDT e PT -, mas somente o PT marcou presença, com deputados estaduais e vereador. O único constituinte presente, Célio de Castro, do PMDB, mas que foi eleito com o forte apoio do PC do B, esteve na concentração por "iniciativa independente". Todos os representantes de partidos políticos que discursaram pediram eleições diretas já para presidente da República, que não teve nenhuma faixa nesse sentido. (JB - 2/5/87)

GAÚCHOS CRITICAM A ECONOMIA

Cerca de 17 entidades, entre associações de classes e partidos políticos, reuniram aproximadamente duas mil pessoas no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, para comemorar o 1º de Maio. Mas, como asseguraram diversos líderes sindicais e parlamentares presentes ao ato, o encontro foi também um protesto contra a política econômica do governo federal e o tratamento do problema da dívida externa do país. O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, Siderlei Oliveira, disse que este foi o Dia do Trabalho com "o maior arrocho salarial dos últimos 35 anos", segundo dados do Dieese, que ele não soube precisar com exatidão. Siderlei acrescentou que os trabalhadores vêm com apreensão o nome de Luiz Carlos Bresser Pereira no Ministério da Fazenda. "A prova disso - justificou - é a desvalorização da moeda nacional, anunciada pelo Banco Central". No seu entender, a medida atende à política do FMI. Dos partidos representados no ato público, só não estavam o PMDB, o PFL e o PDS. Mais de 800 pessoas lotaram, ontem, o Circo da Constituinte, no centro de Curitiba, para comemorar o 1º de Maio. A CUT e a CGT e mais seis partidos políti-

cos - PMDB, PT, PC do B, PCB, PDT e PSB - organizaram o ato público que teve músicas sertanejas, discursos, vaias e manifestações pelas "diretas já". O PMDB, apesar de ter participado da organização, não enviou nenhum representante. O vereador Ivan Ribas, do PMDB, tentou falar pelo partido, mas foi vaiado e chamado de marajá, em referência a um projeto apresentado pela Câmara Municipal, prevendo aposentadoria após o primeiro mandato. Os partidos e sindicatos presentes se solidarizaram com os professores municipais que estão há 29 dias em greve por melhores salários. Nenhuma liderança do PMDB, o partido majoritário no Paraná, compareceu. O governador Alvaro Dias está passando o feriado na praia, com a família. (JB - 2/5/87)

1º DE MAIO EM ALAGOAS

Cerca de 5 mil trabalhadores estiveram presentes. O Sindicato dos Radialistas Profissionais de Alagoas, através do presidente Régis Cavalcanti, denunciou a perseguição que o governador de Alagoas, Fernando Collor, vem mantendo com os líderes sindicalistas que foram afastados de suas atividades profissionais da Rádio Difusora de Alagoas - emissora oficial do estado. Unidos a diversas entidades sindicais ligadas à CUT e à CGT em Alagoas, reivindicando que o disparo do gatilho se já feito integralmente (72,8%), pois há um ano e dois meses o funcionalismo estadual não teve aumento. Foi anunciada a paralisação geral de 42 mil servidores estaduais no dia 8 de maio. O secretário geral da CGT, médico Sérgio Barroso, pediu a convocação de eleições diretas para presidente da República. (JB - 2/5/87)

MANIFESTAÇÃO NO ABC ATRAI CINCO MIL

O Dia do Trabalho na região do ABC foi marcado por uma festa no Paço Municipal

Tancredo Neves, em São Bernardo do Campo (sudeste da Grande São Paulo) onde se concentraram cerca de cinco mil pessoas desde as 13h. A Central Única dos Trabalhadores estadual organizou o ato em conjunto com a CUT-ABC. Nas outras seis cidades da região não houve manifestação. As 16h30 teve início o ato político, com as presenças do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), Jair Meneguelli, presidente da CUT, Luís Carlos Prestes e representantes da Nicarágua, Chile e El Salvador. (FSP - 2/5/87)

Trabalhadores Urbanos

ELEIÇÕES NO MAIOR SINDICATO DA AMÉRICA LATINA

Até o presidente Sarney, não bastassem os problemas da reforma ministerial, foi envolvido: ele estaria torcendo pela chapa da situação, assim como os empresários da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na decisão das eleições mais importantes do país, este ano, caberá efetivamente a um colégio de pelo menos 90 mil trabalhadores (número não definitivo), associados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em fins de julho ou início de julho, eles serão chamados a votar em uma das três chapas que concorrerão ao controle da maior entidade sindical da América Latina. A disputa envolve diretamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e seu desfecho definirá os rumos do sindicalismo brasileiro. A chapa da situação é comandada pelo presidente em exercício do sindicato, Luís Antônio Medeiros, que se declara apartidário, mas já foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do PMDB e recentemente do PTB, apoiando a candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes ao governo do Estado, em novembro

passado. Medeiros é o herdeiro de Joaquim Santos Andrade, o "Joaquinzão", presidente licenciado do sindicato e presidente da CGT. Durante vinte anos, "Joaquinzão" dominou o sindicato graças a habilidosas composições que garantiam a convivência na mesma diretoria de um fiel núcleo conservador ("a equipe do Joaquim") com correntes de esquerda como o PCB, PC do B e MR-8. Uma dissidência da atual diretoria, formada por sindicalistas do PDT, PCB, PC do B e PMDB, uniu-se a uma parcela da oposição e articulou sua própria chapa, encabeçada por Lúcio Antônio Belentani, militante do PT e membro da direção nacional da CUT. Mas, oficialmente, a "chapa da CUT" será outra, encabeçada por Carlucio Castanha, do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (Mosmsp). Anterior à própria CUT (criada em 1983) e tão antigo quanto o reinado de "Joaquinzão", o Mosmsp também é uma frente, freunindo setores da Igreja, petistas e militantes das organizações clandestinas que atuam no interior do PT. (FSP - 1/5/87)

AEROVIÁRIOS DECIDEM SUSPENDER A GREVE

Em assembléia realizada ontem à noite, na sede do Sindicato dos Aeroviários, no centro do Rio, seiscentos trabalhadores decidiram terminar a greve - que durou apenas um dia - por melhores salários. Hoje eles voltam a negociar com o Sindicato das Empresas Aeroviárias, cujo presidente, Agnaldo Junqueira, recusou-se a fazer proposta enquanto continuasse a greve. Na assembléia dos aeronautas, realizada na OAB, cerca de duzentos trabalhadores decidiram manter o "estado de greve". Segundo Junqueira, os aeronautas tiveram, desde dezembro, 72,8% de aumento (referente a três gatilhos) e o aumento da tarifa não foi correspondente. Ele disse ainda que se der o aumento pedido pelas duas ca-

tegorias (100%), a tarifa teria um aumento muito grande. O delegado regional do trabalho no Rio, Fernando Pessoa, disse ter feito uma proposta aos empregados para que eles sustentassem a paralisação porque a empresa estava irredutível. (FSP - 30/4/87)

MOTORISTAS E COBRADORES DECIDEM PARAR A PARTIR DE HOJE

Em tumultuada assembléia realizada na tarde de ontem, cerca de mil motoristas e cobradores de ônibus urbanos de São Paulo (2,37% da categoria, que reúne 42 mil profissionais) decidiram entrar em greve, por tempo indeterminado, a partir da zero hora de hoje. A categoria reivindica 50% de aumento real, além dos 40% concedidos pelo prefeito Jânio Quadros, na semana passada, reajuste que deve ser anunciado oficialmente nesta semana. Os motoristas querem ainda a garantia de aplicação dos próximos gatilhos salariais. O presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo, João Alves do Nascimento, disse que os aumentos concedidos até agora - 30% em dezembro, 25% em fevereiro e 40% a partir de 1º de maio - simplesmente repõem as perdas salariais da categoria, durante o último ano, e "não existe a certeza de que teremos os próximos gatilhos, como já não tivemos os outros". (FSP - 4/5/87)

PORTUÁRIOS ENVIAM PAUTA DE REIVINDICAÇÕES À PORTOBRÁS

Os trabalhadores portuários enviaram ao presidente da Portobrás ("holding" do sistema portuário nacional), Carlos Theóphilo de Souza e Mello, um telex com a pauta de reivindicações da categoria, contendo 47 itens, e estabeleceram um calendário para a campanha salarial unificada. Até 15 de maio, aguardam a resposta da Portobrás, embora os entendimentos deverão transcor-

rer até o final do mês. Caso não haja acordo, no dia 1º de junho haverá greve de advertência de 24h, que poderá ser repetida por 48h a partir do dia 15 do mesmo mês. Se persistir o impasse, os portuários ameaçam iniciar uma greve por tempo indeterminado no dia 22 de junho. Esta decisão foi tirada durante o 3º Encontro Nacional dos Portuários, realizado no último fim de semana, em Niterói (a 14 km do Rio). Com data-base em 1º de junho, os portuários reivindicam, entre outros pontos, o reajuste da tabela de serviços com base no IPC integral do período, sem o desconto de uma compensação salarial, previamente concedida de 16%; 15% de produtividade; reestabelecimento dos proventos dos portuários inativos; reposição salarial de 28,2% e criação de um piso salarial a ser estipulado pelo Departamento Inter-sindical de Estudos Econômicos e Sociais. (FSP - 30/4/87)

Igrejas

BISPOS MUDAM SISTEMA ELEITORAL DA CNBB

Numa reação inesperada ao processo eleitoral até então adotado, os bispos que participam da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici (SP), decidiram ontem de manhã delegar aos secretariados regionais da entidade a indicação de nomes para o preenchimento dos cargos e funções a serem renovados na Comissão Episcopal de Doutrina (CED), na Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e no Conselho Fiscal da CNBB. A delegação brasileira para o Sínodo dos Bispos sobre os Leigos - a ser realizado em outubro próximo no Vaticano - e o delegado da CNBB junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano também serão escolhidos dessa forma. Até então, o processo eleitoral tinha por base a formação prévia de chapas. (FSP - 30/4/87)

CNBB ELEGE MAIORIA DE 'PROGRESSISTAS MODERADOS'

A reafirmação do objetivo pastoral baseado na "evangelização libertadora" e a decisão de executar, progressivamente, uma política de descentralização das decisões, delegando-as, em primeira instância, aos encontros regionais de bispos, em todo o país, foram alguns dos principais resultados da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaici (SP), de 22 de abril passado até anteontem. Os 268 bispos participantes da assembléia elegeram os novos dirigentes da entidade para o próximo quadriênio (1987/1991) - consagrando, em eleições diretas, nomes majoritariamente progressistas moderados, tais como o seu novo presidente, d. Lucia no Mendes de Almeida, o vice-presidente, d. Paulo Eduardo Andrade, e o secretário-geral, d. Celso Queiroz -, além dos novos membros das Comissões Episcopais de Pastoral e de Doutrina, dos delegados para o Sínodo dos Bispos sobre os leigos, em outubro próximo, no Vaticano, e os delegados junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) - d. Ivo Lorscheiter e d. Benedito Ulhoa Vieira. Na Comissão de Pastoral, o único arcebispo eleito com apoio declarado da corrente conservadora do episcopado brasileiro foi o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, que já havia perdido as eleições para presidente, vice-presidente e secretário-geral. Na Comissão Episcopal de Doutrina (CED), não foi reeleito - como ocorreu com os outros membros - o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Romer, teólogo nascido na Suíça e um dos integrantes da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé (a única em funcionamento nas dioceses do país, que vem polemizando com o teólogo Leonardo Boff, há pelo menos quatro anos, desde o caso do livro "Igreja, carisma e poder"). (FSP - 3/5/87)

CNBB AFIRMA QUE "IMOBILISMO" DO GOVERNO GERA CLIMA DE INCERTEZAS

Em mensagem de oitenta linhas, dirigida ao povo brasileiro e lida ontem às 11h30 durante a missa concelebrada pelos bispos que participam da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - em Itaici, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo) -, pelo presidente eleito da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, o episcopado brasileiro afirma que o "imobilismo e as indefinições" do governo "no plano sócio-político e econômico, vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas nacionais". Os bispos, que encerram hoje a assembléia, denunciam na mensagem a "miséria assustadora em todo o país, forçando migrações que produzem verdadeiras inchações, tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas; a sucessão de escândalos e corrupções e a impunidade dos seus responsáveis; a política salarial que mantém no país os salários mais baixos do mundo; o aumento abusivo dos preços com a inflação supostamente incontrolável; o crescimento do desemprego; a volta das altas taxas de juros; a violência crescente contra lavradores, posseiros, sem-terra e índios; a repressão ostensiva a greves e iniciativas populares que reivindicam aumentos salariais, lotes para moradia ou preços justos para os produtos dos pequenos agricultores". Os bispos defendem também medidas urgentes para a redistribuição da renda; o controle das taxas de juros e lucros, a devolução do dinheiro adquirido em corrupções e negociações, auditoria sobre a dívida externa, acesso à informação exata sobre a situação do país e "um governo realmente democrático". (FSP - 1/5/87)

CERIMÔNIA ECUMÊNICA NA OCUPAÇÃO DE CASAS

Uma cerimônia ecumênica realizada ontem à tarde no Conjunto Habitacional de Vila Constância, no Distrito de Itaipava, em

Petrópolis (RJ), de "agradecimento a Deus", conduzida pelo teólogo franciscano Leonardo Boff, marcou a posse dos invasores que lá chegaram quinta-feira à noite. Boff presidiu a cerimônia nas proximidades da cruz de madeira que foi colocada pelos invasores no Dia do Trabalho. Ele estava cercado por centenas de pessoas que ali foram movidas pela curiosidade. Os sitiados ofereceram pão, um fruto do mato, carne, uma vela, uma panela e uma enxada, que foram colocados sobre uma enferrujada mesa de enfermagem, atrás da qual se colocou Boff, fazendo-a de altar. Vivas, salvas de palmas, e palavras com promessas de muito trabalho em Vila Constância, freqüentemente interromperam a cerimônia de agradecimento pelo êxito da iniciativa dos desabrigados pelas chuvas e pobres de modo geral de Petrópolis e também de cidades vizinhas. (O GLOBO - 4/5/87)

Índios

INVASÃO DE ÁREA INDÍGENA

Dezenas de famílias estão invadindo a reserva Karipuna em Guajará-Mirim, seguindo o trajeto de uma estrada vicinal que está sendo aberta a partir de Vila Nova, naquele município. Essa denúncia foi feita ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de Porto Velho, à administração regional da Funai na capital e que já está providenciando o deslocamento de uma equipe para a área a fim de comprovar a veracidade das denúncias. Se de fato as terras dos Karipuna estiverem sendo invadidas, a Funai vai recorrer à Polícia Federal para expulsar as famílias. Recentemente, dezenas de agricultores foram retirados das reservas Lage e Ribeirão, naquele município, onde habitam os Pakaás Novas. (DIÁRIO POPULAR/SP - 28/4/87)

TERENA É DEMITIDO

O índio Marco Terena foi demitido ontem do cargo de assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura. Motivo: Terena foi o organizador da manifestação de anteontem, no Congresso constituinte, quando cinquenta índios entregaram a Ulysses as suas reivindicações para a futura Carta. A assessoria será também extinta e, no seu lugar, surge uma comissão de "especialistas em assuntos indígenas". (FSP - 25/4/87)

GUAJAJARA SEQÜESTRAM CHEFE DE POSTO

Índios guajajara da aldeia de Ipu, em Grajaú (a 590 km de São Luís, MA), seqüestram na sexta-feira o chefe do posto da Funai Otaviano Cavalcante Galvão. Os guajajara exigem um contato com o delegado regional do órgão, Pedro Marize Filho. O seqüestro foi comunicado por telefone à delegada de polícia Marília Portela, na tarde de sábado, pelo ex-chefe do posto da Funai em Grajaú Arnaldo Lindoso. (FSP - 27/4/87)

CIMI DENUNCIA COMPLÔ

Um documento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi, de Porto Velho, na abertura da Semana do Índio, que já foi encaminhado a autoridades

governamentais e entidades ligadas à defesa da causa indígena, denuncia a existência de uma "trama diabólica e etnocida" para exterminar as tribos do Estado. O documento faz também acusações a políticos de Rondônia, apontados como protetores de fazendeiros, madeireiros e latifundiários e ainda ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, que está assentando centenas de famílias no Projeto de Colonização Burareiro, dentro de reservas indígenas. Cita ainda o documento os perigos a que estão sendo expostos os Uru-Eu-Au-Au, cujas aldeias ficam dentro do Parque Nacional dos Pacas Novas, onde está sendo implantada a BR-429, que passa a cerca de 10 quilômetros da reserva daquela nação indígena. (CORREIO DO BRASIL/DF - 20/4/87)

CRIADA UNI EM ARACAJU

Fazendo parte das comemorações da Semana do Índio foi criada em Aracajú, a coordenação da União das Nações Indígenas - UNI, entidade que congrega 26 aldeias em todo o Nordeste, abrangendo mais de 30 mil índios. O coordenador da UNI ex-cacique Xocó, José Apolônio de Jesus, disse que a entidade tem por objetivo unir os índios em torno dos seus direitos e lutar pela reconquista da terra, hoje em mãos dos fazendeiros. (DIÁRIO DO GRANDE ABC/SP - 22/4/87)